

DOCUMENTO DE SANTARÉM 50 ANOS: GRATIDÃO E PROFECIA

ENCARNAÇÃO E LIBERTAÇÃO: AS DIRETRIZES DE SANTARÉM 1972 PARA OS TEMPOS DE HOJE

1. O caminho eclesial de Santarém, 1972, proporcionou frutos de fecundidade profética na evangelização junto aos povos desta imensa Amazônia. Somos profundamente gratos aos “operários da primeira hora”, os bispos das Igrejas particulares amazônicas, e junto a eles, mulheres e homens que foram tornando possível o caminho então traçado. Até hoje nos fascina a extraordinária lucidez e audácia profética recolhidas no expressivo Documento de Santarém, que nos últimos 50 anos vem inspirando a Igreja no seu modo de ser e de agir: uma Igreja com rostos amazônicos. Deles herdamos uma mística de quem “não arreda o pé” e não deixa seus filhos padecerem abandonados na cruz.
2. As inúmeras formas de recepção da riqueza deste Encontro, além da acolhida das Igrejas locais, foram atualizadas em sucessivos processos sinodais nos quais o Documento de Santarém foi revisitado, como em Manaus (1997) e Santarém (2012). As intuições traçadas há 50 anos vêm sendo confirmadas no atual pontificado, seja na consciência socioambiental a partir da perspectiva da Ecologia Integral (*Laudato Si*), na eclesialidade de uma Igreja em saída que se encarna no chão amazônico (*Evangelii Gaudium*), na busca de uma sociedade mais fraterna (*Fratelli Tutti*) e num compromisso evangelizador que abrange a totalidade da vida (*Querida Amazônia*).
3. Neste documento jubilar, os participantes do Encontro de Santarém em 2022 ratificaram as diretrizes e prioridades assumidas há 50 anos, atualizando-as à luz do recente Sínodo para a Amazônia. Assim como Santarém 1972 constituiu uma criativa recepção do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, o atual encontro dá prosseguimento ao caminho do Sínodo para a Amazônia assumindo suas inspirações a partir da Exortação Pós-Sinodal *Querida Amazônia* e avançando ousadamente nas indicações programáticas de seu *Documento Final (DF)*. Neste sentido, ao percorrer o caminho de Santarém chegando ao Sínodo para a Amazônia, há um profundo senso de gratidão ao Papa Francisco, que, pela escuta ao apelo da Igreja na Amazônia para que se desse mais eco aos seus esforços e suas lutas, surpreendeu-nos com a convocação do Sínodo do qual foi empenhado participante e por nos ter presenteado a Exortação *Querida Amazônia*.
4. Notadamente, as duas grandes diretrizes apontadas no Documento de Santarém (1972) são de uma atualidade incontestável, e aqui foram reassumidas com maior compromisso e profundidade que os tempos de hoje exigem: encarnação na realidade e evangelização libertadora.

Encarnação na Realidade

5. Santarém já apontava a fundamentação desta diretriz na encarnação do próprio Cristo, convidando a uma conversão ao Verbo Encarnado que exige da Igreja um total entrosamento com a realidade, uma superação de modelos de evangelização importados e um permanente testemunho realista, corajoso e repleto de esperança, fundado exclusivamente no Evangelho.
6. Em 1997, ao celebrar os 25 anos do Documento de Santarém, a Igreja assume com mais clareza esse ministério e diz de si mesma: “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”. Este armar a tenda manifestou-se como um irrenunciável anúncio central da boa nova: anunciar aos povos o Evangelho de Jesus Cristo e de seu Reino como fonte de sentido e de libertação. Anúncio do *núcleo do querigma*: Jesus Cristo morto e ressuscitado, “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6) para todo homem e mulher. Mas também, “Armou sua tenda no meio do povo de tal modo que apareceu um rosto eclesial bem amazônico na diversidade sociocultural, na defesa do lar que Deus criou para toda a humanidade e na promoção da Vida em todas as suas dimensões, sobretudo quando é ameaçada pelos impactos causados por um equivocado conceito de progresso que confunde desenvolvimento

com crescimento meramente econômico, multiplicação de riqueza material, incremento do PIB, expansão do agronegócio, aumento de produção de biocombustíveis, [...] deixando de promover a justiça e o bem-estar de todos e para todos.” (Carta do I Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal, 2013).

7. O Sínodo para a Amazônia nos enriquece como indicado em seu Documento Final: estes caminhos de encarnação são também caminhos de inculturação e interculturalidade. Neste sentido, a encarnação não pode acontecer sem que os povos amazônidas, acompanhados por seus agentes e pastores, sejam os protagonistas. Encarnação tornou-se também e primeiramente um processo de escuta! (cf. DF, n. 51). Ao mesmo tempo que anuncia sem cessar o querigma a Igreja não para de moldar sua própria identidade na escuta e diálogo com as pessoas, realidades e histórias do território (cf. QA, n. 66).

8. Comunidades encarnadas constituem o núcleo do sonho eclesial na *Querida Amazônia*: “Sonho com comunidades cristãs capazes de se dedicar e de se encarnar na Amazônia, a tal ponto que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos.” (QA, n. 7).

9. Hoje, mais do que nunca, a Igreja na Amazônia não pode furtar-se deste processo, enquanto por outro lado, a lógica de um projeto neoliberal vai se encarnando sustentado em uma teologia da prosperidade. Cabe a nós estarmos enraizadamente presentes junto ao povo alimentando a esperança.

Evangelização Libertadora

10. Sempre à luz do Mistério de Cristo e de sua Páscoa, o Documento de 1972, retomando a Conferência de Medellín, assume um modelo de evangelização integral e libertadora, em que anúncio e conscientização sobre a dignidade da pessoa humana em sua condição de filho e filha de Deus constituem pressupostos indispensáveis para a libertação do homem e da mulher, de tal modo que a Igreja esteja implicada em tudo aquilo que atinge a dignidade e a liberdade da pessoa humana e da família.

11. Esta sempre foi uma marca da atuação da Igreja na Amazônia. E na medida em que estes sinais de ameaça à dignidade avançam, a resposta de uma evangelização libertadora faz-se mais urgente e explícita. Ao longo destes últimos 50 anos, por diversas ocasiões, esta diretriz básica foi reafirmada. Em 1974 já se escrevia com nitidez esta compreensão: “De nada serviria a Encarnação na realidade, se não soubéssemos enxergar a finalidade que lhe é própria [...]: quebrar as cadeias da escravidão espiritual, psicológica e socioeconômica em que o nosso homem se encontra; superar a condição de estaticidade e inferioridade em que ele vive, ao ponto de nem suspeitar a sua vocação a uma vida ressuscitada.” (Documento de Manaus, 1974).

12. O Encontro inter-regional de 1997 reafirmava: “Em tempos onde é forte a tentação de ‘bastar-se a si mesmo’, a Igreja da Amazônia retoma a decisão de ser mais do que tudo servidora. Toda a sua ação, tanto nas pastorais explicitamente sociais, que expressam mais diretamente o serviço libertador aos excluídos e o apoio aos diversos movimentos populares, como nos setores de pastoral mais interna e de sustentação das comunidades eclesiais, a meta fundamental é buscar e servir ‘ao Reino de Deus e à sua justiça’, compreendendo que ‘tudo o mais virá por acréscimo’ (Mt 6,33).” (A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia, n. 32).

13. O Sínodo para a Amazônia reconhece o momento presente como a “oportunidade histórica” da Igreja se diferenciar das novas potências colonizadoras e exercer sua atividade profética com transparência, e apresentar o Cristo com todo seu potencial libertador (cf. DF, n. 15).

14. As ameaças de perspectivas ou modelos eclesiológicos que se distanciam do Evangelho vão minando a força profética de nossas comunidades e reduzem a Evangelização a experiências subjetivistas, permeadas de autorreferencialidade e clericalismo, ignorando que existe “uma conexão íntima entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda a ação evangelizadora” (EG, n. 178). Tal situação impede dinâmicas sinodais que se comprometam com a libertação integral da pessoa humana. Este nunca foi e nunca será o caminho da

Igreja que está na Amazônia.

50 anos depois

15. Passados 50 anos do Encontro de Santarém em 1972, sentimos a necessidade de reafirmar esse jubileu para Amazônia: “Mais do que em outras épocas de sua história, a Amazônia necessita urgentemente da proclamação de um jubileu que seja um novo tempo de justiça e signifique a libertação da terra e das águas, o direito à cidadania das populações da região e o resgate das dívidas sociais para que haja vida e justiça para todos.” (A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia, n. 8).

16. Olhamos para frente, contemplando a beleza e vitalidade desta região, mas vigilantes diante das ameaças que se agravam. Como afirmado na carta do Encontro dos Bispos da Amazônia de 2021, “Acompanhamos estarecidos, mas não inertes, o desenrolar de um arquitetado projeto genocida, que por sua vez revela o devastador agravamento de uma crise que escancara a pobreza diante da escandalosa concentração de riquezas”.

I. A QUERIDA AMAZÔNIA

Tira as sandálias dos pés, porque o lugar onde estás é chão sagrado (Ex 3,5).

17. “A Querida Amazônia”, assim nossa região foi chamada pelo Papa Francisco no início da Exortação Apostólica fruto do Sínodo de 2019, convidando-nos a contemplá-la com todo seu esplendor, seu drama e o seu mistério (cf. QA, n. 1). Assim o fazemos recordando o intenso processo de escuta em preparação ao Sínodo para a Amazônia, que nos proporcionou perceber com maior nitidez como a Amazônia é vista a partir de seus povos, a partir da Igreja e como esta contemplação é geradora de alegria e compromisso, gratidão e profecia.

18. Esta visão compartilhada no *Instrumentum Laboris* (cf. n. 8-43) deste Sínodo de 2019 nos faz contemplar a Amazônia como lugar de vida, fonte de vida pelas suas dádivas naturais: o ciclo das águas, as dinâmicas naturais de regulação do clima, a biodiversidade, os povos amazônidas e seu modo de relação com a casa comum. É lugar de novas dinâmicas de vida, do bem viver, de uma vivência harmoniosa “consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o Ser supremo, dado que existe uma intercomunicação entre o cosmo inteiro, onde não há excludentes nem excluídos, e que entre todos nós podemos forjar um projeto de vida plena” (IL, n. 12). É lugar sagrado em que Deus se revela, lugar de beleza em que tudo está interligado. Lugar de esperança e de cura para o mundo. Lugar de diálogo e aprendizagem, diálogo e resistência.

19. A beleza e o fascínio destes territórios nos lançam em uma relação esponsal, a Amazônia nos une e “o que Deus uniu o homem não separe” (Mt 19,6). Por isso mesmo, não se trata de uma contemplação bucólica e desencarnada, mas uma relação de cuidado diante das ameaças sempre crescentes. Assim, de 50 anos para cá, assistimos ao agravamento violento de processos de agressão à casa comum nos territórios amazônicos.

20. Nos últimos 50 anos, a região amazônica ficou mais perto da destruição irreversível. O modelo de desenvolvimento predatório se implantou na Amazônia em cinco atividades básicas: exploração ilegal de madeira, pecuária extensiva, mineração, monocultura e energia. E criou consequências desastrosas que atingem o coração da floresta amazônica e a alma de seu povo. As mudanças climáticas, por sua vez, podem levar à morte progressiva da floresta com perdas severas de serviços ecossistêmicos e de biodiversidade e alterar drasticamente a economia da sociobiodiversidade que sustenta milhares de famílias na Amazônia. Este desequilíbrio climático gerado pela depredação da floresta amazônica não fere apenas seu próprio bioma, mas incide diretamente em todo o continente e no mundo, pois “tudo está interligado”.

21. Em função da abundância de terras e de recursos naturais, concebeu-se a região amazônica como uma “fronteira tropical”, ideia refletida nos programas de estímulo às atividades voltadas para a exportação, em benefício das grandes companhias agroindustriais e a produção agropecuária associados aos investimentos em infraestrutura e em extração de minerais. Esse modelo de desenvolvimento tem levado à alta concentração de terras, trabalho escravo, assassinato de lideranças indígenas, de defensores dos direitos humanos e de ativistas ambientais. Os danos socioambientais relacionados a isso tudo agudizam as desigualdades sociais e a destruição de territórios indígenas, quilombolas e populações tradicionais.

22. As consequências da destruição desses territórios de vida, entre outras, são a intensificação da fome, o recrudescimento da violência no campo, acompanhada por outras violações de direitos. Aliado a isso, a destruição da floresta alimenta uma cadeia de ilegalidades, que começa pela invasão das terras públicas e se estende a fraudes, homicídios e ao comércio de armas e drogas – uma simbiose entre destruição da floresta e crime organizado em várias esferas.

O papel da Igreja nesse cenário

23. Diante deste cenário, a Igreja que está na Amazônia tem um papel histórico: a partir de sua capilaridade, sua capacidade de articulação e atuação regional, fiel ao seu processo de encarnação e libertação, esta é chamada urgentemente a promover uma trégua diante destas agressões e proporcionar uma pacificação nos territórios. Esta Igreja que buscou consolidar-se a partir do Concílio Vaticano II, acolhido em Santarém 1972 e se compreende como discípula missionária, servidora da vida, testemunha do diálogo e irmã da criação, não pode omitir-se diante da convocação e do apelo que o tempo presente lhe impõe. Renova-se o apelo: “Cristo aponta para a Amazônia”, e a mão que aponta é a mão de um crucificado ressuscitado.

II. A IGREJA COM ROSTOS AMAZÔNICOS

Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas (Ap 2,7).

24. O caminho da Igreja na Amazônia nos últimos 50 anos é motivo de ação de graças. De fato, assim se expressou o Papa Francisco em mensagem enviada aos participantes deste encontro: “[...] é ocasião de intensa ação de graças ao Altíssimo pelos frutos da ação do Divino Espírito Santo na Igreja que está na Amazônia – durante estas últimas cinco décadas – e porquanto a mesma inspira”. Neste período, quantos avanços experimentados na vida das Igrejas locais desta região: fortalecimento das Igrejas, a multiplicação de comunidades eclesiais, novas prelazias e dioceses, o episcopado da região com bispos autóctones, crescimento do clero local, a atuação encarnada da vida religiosa feminina, como corresponsáveis na ação evangelizadora, das primeiras rádios ao avanço de recursos de comunicação, diversos centros de formação, dentre tantos outros.

25. Muito nos alegra a consciência de uma identidade eclesial que foi se sedimentando a partir de Santarém, em 1972, até o Sínodo de 2019. Nesta perspectiva, resgatamos traços da nossa identidade de Igreja com rosto amazônico, assumindo os sonhos da Exortação Pós-Sinodal *Querida Amazônia*:

a) Igreja discípula missionária e sinodal: o sonho eclesial

26. A Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe (2021) retomou a Conferência de Aparecida e o dinamismo do discipulado missionário em chave de Igreja em saída. A Conferência de Aparecida, por sua vez, foi acolhida e “amazonizada” no IX Encontro de Bispos da Amazônia (2007), cujo documento final expressou esta consciência eclesial: “Com o título: ‘Discípulos Missionários na Amazônia’ queremos deixar em evidência nosso modo de entender a fé como um processo (discipulado) e a evangelização como uma grande missão, na certeza de que há muito por fazer se

quisermos ser fiéis ao Senhor que nos enviou para evangelizar a todos” (Discípulos Missionários na Amazônia - Apresentação). Falamos da missionariedade como fundamento do ser da Igreja. Esta missionariedade foi construída num caminho de comunhão das nossas dioceses e prelazias, de modo que comunhão, participação e missão sempre foram as marcas da sinodalidade historicamente vivenciada na Igreja que está na Amazônia.

27. No Sínodo para a Amazônia, a Igreja em saída missionária apresenta-se como samaritana, misericordiosa e solidária, que serve e acompanha os povos amazônicos e se constitui um Igreja com rosto destes mesmos povos (cf. DF, n. 21-22.26-33). Trata-se, portanto, da vida das nossas Igrejas que vão se moldando em caminhos de inculturação da espiritualidade, da liturgia, do ministério, da vida comunitária (cf. QA, n. 66-103).

b) Igreja servidora, profética e defensora da vida: *o sonho social*

28. “A Igreja, discípula do Espírito de Deus, se torna parecida com Jesus Cristo em sua vida, palavra e ação. Assume a misericórdia e a compaixão do Cristo, em relação a todo ser vivo e à vida ameaçada, como princípio de toda a ação evangelizadora, e retoma a convicção fundamental de que Deus não a quis para si mesma, mas em função do Reino da vida, da justiça e da paz.” (A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia, n. 30).

29. A luta pelo direito dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos (cf. QA, n. 7), torna-se um imperativo para a Igreja que não pode estar menos comprometida, chamada a escutar os clamores do povo e exercer com transparência seu papel profético (cf. QA, n. 19). Na história da Igreja da Amazônia, esta postura sempre permeou as suas opções fundamentais e quando em tempos recentes se escuta um clamor para resgatar a profecia, reconhecemos que nem sempre algumas de nossas Igrejas particulares percorreram este caminho.

c) Igreja testemunha do diálogo: *o sonho cultural*

30. No Documento de 1997, este traço da Igreja referia-se mais especificamente ao diálogo ecumênico, caminho sempre mais desafiador na medida em que as denominações de acentuada expressão neopentecostal promovem modelos de evangelização marcados pelo proselitismo, por discursos de juízo em vez de misericórdia, por agressões às culturas autóctones e por concepções religiosas pautadas na teologia da prosperidade. Contudo, a realidade em que se insere a Igreja na Amazônia, não somente é de diversidade de igrejas cristãs, mas multirreligiosa, multicultural e multiétnica, conseqüentemente, o diálogo é ecumênico, inter-religioso e cultural (cf. DF, n. 23).

31. O caminho que o Sínodo delineou para a Igreja foi o de uma Igreja inculturada e intercultural (cf. DF, n. 51-61). Neste caminho, identidade e diálogo não são conceitos que se opõem ou se excluem, antes, se exigem. Este sonho cultural implica num particular cuidado com as raízes, em atitude de encontro e no compromisso com as culturas ameaçadas.

d) Igreja irmã e cuidadora da criação: *o sonho ecológico*

32. “Para a nossa Igreja, é um privilégio viver a missão nessa região repleta de belezas, onde a aliança do Criador com o universo aparece tão fortemente, seja na tradição bíblica, seja nas culturas indígenas. Ao mesmo tempo, nos desafia a devastação e a exploração desenfreada que desumaniza e destrói o equilíbrio da própria natureza.” (A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia, n. 34).

33. A Igreja se faz solícita ao clamor da criação. “Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou” (LS, n. 2). Hoje, este engajamento se faz com maior lucidez na perspectiva da ecologia integral. Não se trata de uma pauta pastoral em meio a outras, mas um novo modo de compreender a abrangência do cuidado com a casa comum, conscientes de que tudo está interligado. O Sínodo para a Amazônia apresentou esta compreensão na exigência de uma conversão ecológica.

e) Igreja de mártires

34. A fecundidade e o engajamento profético da Igreja na Amazônia fazem desta uma Igreja obediente até a morte, e morte de cruz. A referência aos mártires é, ao mesmo tempo, um louvor orante e uma denúncia aos níveis de violência a que chegam os enfrentamentos nos territórios amazônicos. Quanto mais irmãos e irmãs tombam por causa do Reino, mais a Igreja tem a consciência de estar sendo fiel à missão recebida e vivenciando com radicalidade seu processo de encarnação na realidade e evangelização libertadora.

35. No altar da terra manchada de sangue se oferece o pão do martírio, pois numa região em que a Eucaristia é tão escassa, a Igreja se faz eucarística no corpo doado, fazendo da vida pão partido e sangue derramado por amor aos irmãos e ao Reino.

Caminhando juntos

36. Nos últimos anos, temos experimentado a alegria de caminhar juntos ao descobrir que outros estão dispostos a partilhar conosco esta caminhada, mas também ao descobrir que outros já estavam conosco nesta estrada. No Brasil, a Comissão Episcopal Especial para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tem alavancado, desde 2003, um pacto de apoio solidário e fraterno para com a Igreja na Amazônia; esta articulação se ampliou ao alargarmos os horizontes e percebermos os desafios em perspectiva pan-amazônica e a possibilidade de construção de caminhos em rede, por meio da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), desde 2014. Mais recentemente, esta abrangência pan-amazônica ganhou suporte estrutural por meio da Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), como fruto do Sínodo de 2019.

37. Consciente de sua identidade, respaldada por estas novas modalidades de articulação, apesar de suas fragilidades, a Igreja da Amazônia reafirma linhas prioritárias que possam dar seguimento as indicações do Sínodo para a Amazônia sempre sob à luz das diretrizes básicas de encarnação e libertação.

III. NOVOS CAMINHOS DE EVANGELIZAÇÃO: LINHAS PRIORITÁRIAS

Avancem para águas mais profundas, e ali lançai vossas redes para a pesca (Lc 5,4).

38. “Sejam corajosos e audaciosos, abrindo-se confiadamente à ação de Deus que tudo criou, nos deu a si mesmo em Jesus Cristo (cf. QA, n. 41), e nos inspira através do Espírito a anunciar o Evangelho com novo empenho e a contemplar a beleza da criação, ainda mais exuberante nessas terras amazônicas, onde se experimenta a presença luminosa do Ressuscitado (cf. QA, 57).” (Carta do Papa Francisco aos participantes do Encontro de Santarém, 2022).

39. Deixamo-nos guiar, entusiasmar, encantar e impulsionar por este afetuoso encorajamento que o Papa Francisco no início deste encontro. Somos desejosos de que coragem e audácia se traduzam em opções pastorais transbordantes e não “pequenos remendos”. Os desafios são muitos, mas acompanhando a opção metodológica de 1972, escolhemos também priorizar algumas linhas de atuação, o que não faz com que outras demandas pastorais sejam menos importantes.

40. As indicações, sobretudo do Documento Final do Sínodo para a Amazônia, confirmadas na Exortação Pós-Sinodal *Querida Amazônia* são abraçadas em sua totalidade por nossas Igrejas particulares. Não nos faltam inspirações de compromissos e formas de atuação, basta recuperar o Pacto das Catacumbas firmado em 2019, os pronunciamentos posteriores dos encontros dos Bispos da Amazônia. Estamos conscientes de nossa tarefa de levar a cumprimento as propostas delineadas no Sínodo para Amazônia e fazer nossos os sonhos do Papa Francisco.

41. Não podemos ignorar outros elementos que atingem diretamente as dinâmicas pastorais da Igreja e à vida comunitária, que são facetas de um cenário em que se desenvolve nossa ação evangelizadora: o contexto urbano e as dinâmicas das grandes cidades e o crescimento de Igrejas neopentecostais na Amazônia.

Em meio a tantas interpelações que exigem um empenho pastoral, priorizamos:

1. FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

42. Ressaltamos a importância das Comunidades Eclesiais de Base, que constituem uma dinâmica muito própria da Igreja em nossas dioceses e prelazias. Reconhecemos nelas a força missionária de nossa ação evangelizadora e o sujeito eclesial da missão neste chão. Elas estão intrinsecamente implicadas no anúncio e na vivência da fé, na presença profética que torna evidente o Reino de Deus, no cuidado da casa comum.

43. Nestas comunidades, surpreende-nos a força da Palavra de Deus e, conseqüentemente, a importância das experiências de leitura popular da Bíblia, experiências que ajudam o povo a fazer a descoberta na expressiva piedade popular da experiência mais profunda de encontro com Jesus e descoberta do Reino de Deus.

Carecemos de um verdadeiro relançamento destas comunidades, e nelas, das pastorais e movimentos eclesiais mais vinculados à vida comunitária. Salientamos dois aspectos:

a) Ministerialidade

44. A *Querida Amazônia* nos convida a uma inculturação do Ministério (QA, n. 85) como uma forma de encarnada organização eclesial e uma exigência do processo de encarnação. Ao mesmo tempo, assegura a presença eclesial nas periferias territoriais e existenciais. Particular preocupação apresenta-se com o sacramento da Eucaristia. Se a admissão de pessoas casadas ao ministério de presidência da Eucaristia pode causar escândalo, afirmamos que escândalo maior é a privação que as comunidades sofrem sem acesso à Eucaristia.

45. Além da possibilidade de promover o ministério da Palavra e da Eucaristia já presentes nas comunidades, de despertar e promover as vocações para o ministério presbiteral, reconhecemos as seguintes necessidades:

- ✓ *Solicitar à Santa Sé a Ordenação Presbiteral daqueles que já exercem o diaconato permanente de modo frutífero como propõe o Documento Final do Sínodo, n. 111;*
- ✓ *Solicitar à Santa Sé, com o parecer favorável da CNBB, para que cristãos leigos e leigas das Igrejas particulares da Amazônia possam receber da própria Igreja local a permissão para o exercício do ministério de Testemunhas Qualificadas do Matrimônio;*
- ✓ *Os presbíteros que deixaram o exercício do ministério e constituíram família, sejam valorizados e envolvidos nas ações de evangelização junto às comunidades;*
- ✓ *Instituir uma nova figura ministerial: um ministério conferido pelo bispo aos cristãos leigos e leigas, com mandato oficial e reconhecimento nas instâncias locais, para exercer serviços da Palavra e da Eucaristia, de introduzir os irmãos e irmãs na fé, de administrar o Batismo, testemunha qualificada do Matrimônio, de responder oficialmente pela comunidade, e ainda outras atribuições de acordo com a realidade da comunidade;*
- ✓ *Implementar o Ministério do Catequista instituído pelo Papa, bem como o Leitorato e Acolitato conferido às mulheres;*
- ✓ *Criação dos ministérios especiais para o cuidado da Casa Comum.*

b) A participação das mulheres

46. As comunidades eclesiais são animadas na sua grande maioria pelas mulheres. São elas que estão nas coordenações, nos ministérios da Palavra e da Eucaristia, na animação litúrgica, no cuidado com

os pobres, nos enfrentamentos mais acirrados. São as mais numerosas nos serviços e menos presentes nas instâncias de decisão.

47. A Igreja na Amazônia quer ampliar os espaços para uma presença feminina mais incisiva (cf. EG, n. 103). Que a voz das mulheres seja ouvida, sejam consultadas, participem da tomada de decisões e possam contribuir com sua sensibilidade para a sinodalidade eclesial (cf. DF, n. 101).

48. Na Exortação Pós-Sinodal *Querida Amazônia* o Papa Francisco não se refere à questão do diaconato permanente para mulheres. No entanto, apresenta “oficialmente” o Documento Final votado pelos bispos participantes do Sínodo e explica que nestas conclusões “colaboraram muitas pessoas que conhecem melhor [...] a problemática da Amazônia porque são pessoas que nela vivem, por ela sofrem e que a amam apaixonadamente” (n. 3), donde podemos subentender que se pode dar seguimento às propostas ali apresentadas:

- ✓ *Reconhecer os serviços e a real diaconia do grande número de mulheres que hoje dirigem comunidades na Amazônia e procurar consolidá-los com um ministério adequado de mulheres dirigentes de comunidade;*
- ✓ *Reconhecer, promover, fortalecer a participação das mulheres nos conselhos de pastorais de paróquias, dioceses, incluindo instâncias de decisão;*
- ✓ *Reafirmamos a legitimidade da ordenação diaconal de mulheres e solicitamos este ministério para a Igreja na Amazônia.*

2. A FORMAÇÃO DOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS NA AMAZÔNIA

a) A Iniciação à Vida Cristã

49. É necessário superar uma compreensão fragmentada da formação dos batizados e batizadas na Amazônia, somente a partir da formação permanente ou específica para ministérios, carisma e serviços. É preciso compreendê-la, sim, desde a Iniciação à Vida Cristã.

- ✓ *Investir na formação de discípulos/as missionários/as amazônidas, num processo que compreenda desde a Iniciação à Vida Cristã inculturada até a formação inicial e permanente das lideranças leigas, da vida religiosa consagrada, sobretudo feminina, e dos padres autóctones, daqueles vindos de igrejas irmãs e missionários de fora da Amazônia.*

b) Formação e articulação do laicato

50. Reafirmamos a importância da valorização do laicato em sua participação nas assembleias, nos conselhos pastorais em todas as âmbitos eclesiais, assim como nas equipes de coordenação dos diversos serviços pastorais e nos ministérios confiados aos leigos. Reconhecemos a necessidade de investir mais recursos na formação dos cristãos leigos e leigas, nos campos humano, bíblico, teológico, pastoral, espiritual, com ênfase na Doutrina Social da Igreja, e em áreas específicas como a formação para atuação na política e no exercício da cidadania ativa.

Sabemos que os investimentos na formação laical estão abaixo do necessário e infinitamente menores do que o se investe na formação presbiteral e urge um equilíbrio nesses investimentos.

- ✓ *Fortalecer e ampliar os espaços de participação do laicato, tanto na consulta como na tomada de decisões, na vida e na missão da Igreja;*
- ✓ *Investir na formação de leigos missionários, para respondermos às exigências missionárias do momento atual na Amazônia;*
- ✓ *Intensificar o apoio na organização própria do laicato para aprofundar sua identidade, vocação, espiritualidade e missão, por meio do Conselho do Laicato em nível paroquial, diocesano e nacional (cf. DAp, n. 213).*
- ✓ *Formar e incentivar a participação nos Conselhos Paritários e nos processos de construção de políticas públicas.*

c) Formação presbiteral e vida consagrada

51. O ministério presbiteral sempre teve muito apreço e acolhida na vida das comunidades. Muitos dos que exercem este ministério nas Igrejas da Amazônia o fazem de modo simples, pobre e comprometido. É preocupante, no entanto, a emergência de um clericalismo que destoa da identidade de nossas Igrejas, e padres autóctones recém-formados desconectados da caminhada da Igreja na Amazônia, de suas lutas e de seu dinamismo missionário. Preocupa-nos ainda o perfil que vem sendo moldado nos seminários e casas de formação. Urge que a formação seja permeada pelo espírito da sinodalidade.

- ✓ *Rever a estrutura e o conteúdo tanto da formação inicial como da formação permanente dos presbíteros, de modo que adquiram a atitude e capacidades necessárias para dialogar com as culturas amazônicas (cf. QA, n. 90);*
- ✓ *Que os seminários e casas de formação sejam escolas da vida prática de uma Ecologia Integral, fomentando o estilo de vida sóbrio e o cuidado com a Casa Comum;*
- ✓ *Garantir na grade curricular disciplinas de Ecoteologia, Ecologia, Sociedade e Povos da Amazônia, História da Evangelização na Amazônia e o fortalecimento do estudo da Teologia da Criação;*
- ✓ *Socializar experiências alternativas que conciliem o aspecto acadêmico e pastoral.*

d) Vida Consagrada Religiosa

52. Somos agradecidos pela presença significativa da Vida Consagrada em nossa Amazônia. Homens e mulheres da vida monástica e apostólica, que a partir de seus Carismas estão presentes em comunidades onde ninguém quer estar e procuram estar com quem ninguém quer estar (cf. DF, n. 97).

- ✓ *Apoiamos a inserção e a itinerância das consagradas e consagrados junto aos mais pobres, excluídos e marginalizados (cf. DF, n. 98), sinal de uma Vida Consagrada com identidade amazônica, fortalecendo as vocações autóctones.*

53. e) Institutos de Pastoral

- ✓ *Propomos a reestruturação orgânica, articulada e progressiva dos Institutos de Pastoral já existentes nos Regionais, de modo que possam servir à implantação destas Linhas Pastorais e corresponder aos desafios socioeclesiais de hoje;*
- ✓ *Que se promova intercâmbios desses Institutos de Pastoral e de outras insituições e experiências formativas das arquidioceses, dioceses e prelazias.*

54. f) A Pastoral da Educação e o Pacto Educativo como caminho de formação

- ✓ *Valorizar o Pacto Educativo Global na Amazônia;*
- ✓ *Retomar processos de educação popular.*

3. A DEFESA DA VIDA DOS POVOS DA AMAZÔNIA

55. É primordial a *demarcação dos territórios indígenas, quilombolas, das populações tradicionais e os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra*. Trata-se, em verdade, de *direito alicerce*. Ele sustenta os demais direitos, como saúde, educação, segurança alimentar, cultura, entre outros. Deve-se respeitar também o *direito à consulta prévia, livre e informada*. Ele é o meio pela qual se exerce um verdadeiro *diálogo intercultural*. (Convenção 169/OIT, art. 6º, 1, a).

56. Especial atenção deve ser dada aos *Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato*. Há, na Amazônia, 114 registros da presença desses povos. E a estes “deve-se garantir o respeito à sua autodeterminação e à livre decisão sobre o tipo de relacionamento que eles desejam estabelecer com outros grupos” (DF, n. 50).

57. Reconhecemos os *direitos da natureza*, visão nata dos povos originários, que “desenvolveram um tesouro cultural em conexão com a natureza, com forte sentido comunitário” (QA, n. 36), pois, “a Bíblia não dá lugar a um antropocentrismo despótico, que se desinteressa das outras criaturas” (LS, n. 68).

Propomos:

- ✓ *Continuar assumindo “a opção preferencial pelos povos indígenas, com suas culturas, identidades e histórias” (DF, n. 27), apoiando o trabalho do Conselho Indigenista Missionário e das organizações indígenas da sociedade civil;*
- ✓ *Fomentar uma aliança de defesa dos povos tradicionais que fortaleçam suas lutas, suas economias de sociobiodiversidade, seus territórios e o bem viver coletivo;*
- ✓ *Ser presença junto aos quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros e demais povos e comunidades tradicionais, para defenderem suas terras, territórios, águas, mediante o fortalecimento da Comissão Pastoral da Terra, do Conselho Pastoral dos Pescadores, da Pastoral dos Afrobrasileira;*
- ✓ *Valorizar e apoiar ações comunitárias e territoriais em torno de práticas sustentáveis na agricultura familiar e do intercâmbio intercultural de saberes e conhecimentos tradicionais.*

58. Acrescentamos aqui a preocupação com as lideranças que vivem sob situações de ameaça, que nem sempre têm a quem se dirigir, ficam acuadas e por vezes são vitimadas:

- ✓ *Apoiar e fortalecer as redes de proteção e autoproteção das lideranças e territórios ameaçados;*
- ✓ *Incidir sobre políticas públicas e programas de proteção aos defensores de direitos humanos e ambientais;*
- ✓ *Fomentar redes de articulação de ações sócio evangelizadoras que agilizem as iniciativas em favor da vida.*

4. O CUIDADO COM A CASA COMUM: MIGRAÇÃO, MINERAÇÃO E MEGAPROJETOS DE INFRAESTRUTURA

59. Não podemos persistir no modelo de desenvolvimento atual, que vem resultando em piora dos indicadores sociais e aumento da violência e de crimes ambientais na Amazônia. Trata-se de um modelo etnocida e ecocida.

60. Propomos um *modelo de desenvolvimento socioambiental*, que promova as economias justas, como a Economia de Francisco e Clara, com igualdade social e equilíbrio ambiental. Para isso, é primordial assegurar o respeito ao direito de *autodeterminação* dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. (cf. Convenção 169/OIT, art. 7º, 1).

61. Portanto, não cabe impor modelos de desenvolvimento sobre as minorias étnicas ou culturais, sob pena de um *neocolonialismo*. “Em qualquer projeto para a Amazônia, é preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que desenvolvimento de um grupo social [...] requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais *a partir de sua própria cultura.*” (QA, n. 40).

a) Migrantes

62. Os novos contextos migratórios na Amazônia apontam que os caminhos pastorais passam pela articulação em redes com novas modalidades de colaboração entre as Igrejas locais, as Conferências Episcopais, institutos missionários e pastorais, entidades de cooperação fraterna, o diálogo e parceria com as agências nacionais e internacionais dedicadas aos migrantes, sem perder de vista o protagonismo dos migrantes nos diversos processos e modalidades de inserção.

63. Propomos:

- ✓ *Articular um serviço de acolhimento em cada comunidade urbana que permaneça alerta àqueles que chegam de forma imprevista, com necessidades urgentes, e poder oferecer proteção face ao perigo das organizações criminosas;*
- ✓ *Exercer pressão como comunidade eclesial perante os poderes públicos, para que respondam às necessidades e direitos dos migrantes;*
- ✓ *Fomentar a inclusão e integração entre migrantes e comunidades locais, respeitando a própria identidade cultural;*
- ✓ *Articular um trabalho pastoral em rede para o enfrentamento do tráfico humano ligado às migrações.*

b) Mineração e megaprojetos de infraestrutura

64. A mineração, “a construção de hidrelétricas e o projeto de hidrovias têm impacto sobre o rio e sobre os territórios [...] Somos uma região de territórios roubados” (IL, n. 45). A Igreja é chamada a uma relação de cuidado com a casa comum, e diante destas ameaças de destruição se se vê interpelada a:

- ✓ *Denunciar a violação dos direitos humanos e a destruição extrativista;*
- ✓ *Apoiar, assessorar e defender as comunidades atingidas pelo extrativismo minerário e pelos megaprojetos de infraestrutura (ferrovias, hidrovias e hidroelétricas);*
- ✓ *Projetar programas de formação sobre o cuidado da Casa Comum para os agentes pastorais e fiéis, abertos à comunidade inteira em “um esforço de formação das consciências da população” (LS, n. 214).*

5. EVANGELIZAÇÃO DAS JUVENTUDES

65. O Documento Final do Sínodo resgata a diversidade das juventudes amazônicas: indígenas, quilombolas, afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas, migrantes, refugiados, entre outros. Jovens moradores de áreas rurais e urbanas, que diariamente sonham e buscam melhores condições de vida, com o profundo desejo de ter uma vida plena. Jovens estudantes, trabalhadores e com forte presença e participação em diversos espaços sociais e eclesiais. O Documento também chama atenção dos enfrentamentos: pobreza, violência, doença, prostituição infantil, exploração sexual, uso e tráfico de drogas, gravidez precoce, desemprego, depressão, tráfico de pessoas, novas formas de escravidão, tráfico de órgãos, dificuldades de acesso à educação, saúde e assistência social, aumento significativo do suicídio bem como um aumento da população prisional juvenil e de crimes entre e contra os jovens, especialmente afrodescendentes e das periferias (cf. DF, n. 30).

66. Aqui, em particular, a Igreja é chamada a ser uma presença profética entre os jovens, oferecendo-lhes um acompanhamento adequado e uma educação apropriada:

- ✓ *Retomar um caminho de aproximação dos jovens, refazendo por eles uma opção preferencial;*
- ✓ *Promover uma especial atenção ao acompanhamento dos jovens em todos os contextos e em suas diversas expressões: formando líderes, incentivando o protagonismo, estimulando o voluntariado, reforçando a catequese, desafiando os jovens à missionariedade;*
- ✓ *Apoiar e acompanhar a Pastoral da Juventude, cuja história e dinâmica de evangelização dos jovens sempre foi próxima da identidade da Igreja na Amazônia.*

SERVIÇOS:

- CAMINHOS DE PARTILHA

67. A sustentação das ações de evangelização na Amazônia sempre excede a capacidade dos recursos das pobres Igrejas particulares na Amazônia. Muito se fez com a ajuda de benfeitores, e ainda hoje, sem investimentos internos, não conseguimos fazer frente diante das gigantescas ameaças. Já possuímos um mínimo de estruturas que nos permitem um processo de partilha a começar de nós

mesmos:

- ✓ *Articular mecanismos de entreaajuda a partir das próprias Igrejas da Amazônia;*
- ✓ *Intensificar o projeto de cooperação missionária Igrejas-Irmãs da CNBB;*
- ✓ *Apresentar, por meio de articulações que contemplam as Igrejas da Amazônia (Comissão Episcopal Especial para a Amazônia, REPAM, CEAMA), a proposta da criação do fundo para evangelização na Amazônia, apresentado no Sínodo de 2019.*

- A COMUNICAÇÃO

68. Nesta perspectiva da identidade eclesial, da tarefa evangelizadora da Igreja na Amazônia diante dos apelos que se lhe apresentam, a questão da comunicação é fundamental, não somente como uma questão de uso eficiente dos meios, mas a partir das próprias dinâmicas de relação, na Igreja e desta com a realidade que a cerca.

69. Na Amazônia queremos promover uma cultura comunicativa que favoreça o diálogo, a cultura do encontro e o cuidado da Casa Comum. Para isso:

- ✓ *Motivados por uma ecologia integral, desejamos fortalecer os espaços de comunicação que já existem na região, a fim de promover urgentemente uma conversão ecológica integral (cf. DF, n. 60);*
- ✓ *Investir na formação de agentes de comunicação autóctones, principalmente indígenas;*
- ✓ *Valorizar e melhor formar os agentes da comunicação católica, sobretudo nas redes digitais e nas rádios, em vista de uma evangelização encarnada na Amazônia.*

A Mãe da Amazônia cuida dos pobres

70. Queremos concluir agradecendo a presença materna e intercessora de Maria, Mãe de Jesus, nossa Mãe, Mãe da Amazônia. Por sua intercessão pedimos que este IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia venha a produzir muitos frutos, tornando-nos cada vez mais uma Igreja com rosto amazônico, em saída missionária, servidora, solidária, cuidadora da vida e defensora da natureza, nossa casa comum.

A ela nos dirigimos com a súplica do Papa Francisco na *Querida Amazônia* (QA, n. 111):

Mãe da Vida, no vosso seio materno formou-se Jesus,
que é o Senhor de tudo que existe.

Ressuscitado, Ele vos transformou com a sua luz e vos fez Rainha de toda a criação.

Por isso vos pedimos que reineis, Maria, no coração palpitante da Amazônia.

Mostrai-vos como Mãe de todas as criaturas, na beleza das flores, dos rios,
do grande Rio que a atravessa e de tudo o que vibra em suas florestas.

Pedi a Jesus que derrame todo o seu amor nos homens e mulheres de nossa Querida Amazônia,
para que saibam admirá-la e cuidar dela.

Fazei nascer vosso Filho Jesus nos seus corações,
para que Ele brilhe na Amazônia, nos seus povos e nas suas culturas,
com a luz de sua Palavra, com o conforto do seu amor,
com a sua mensagem de fraternidade e justiça.

Mãe, olhai para os pobres da Amazônia! Amém!

Santarém, 09 de junho de 2022.
Memória de São José de Anchieta